
Panorama e dinâmica recente da economia da Região Metropolitana do Cariri – RMC

Marília de Souza Castro¹
Aline Alves de Oliveira²
William Eufrásio Nunes Pereira³

Resumo

Durante a década de 1960 há uma reorientação das políticas regionais, e no Nordeste, a SUDENE surge com o objetivo de orientar o processo de industrialização, favorecendo uma nova caracterização do espaço demográfico da região. A ação da SUDENE contribuiu para a concentração regional das indústrias no litoral nordestino, resultando em acelerado crescimento demográfico, principalmente das capitais Salvador, Recife e Fortaleza, que se firmaram como metrópoles e pólos de atração para migrantes do meio rural. Contudo, no intuito de reduzir a polarização em torno da Região Metropolitana de Fortaleza, se faz necessária a criação da RMC - trazendo a oportunidade de desenvolver o interior do estado. Desta forma, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica econômica recente dos municípios da RMC. O período escolhido abrange os anos em que presenciou vultosos investimentos nos municípios do Cariri. Verifica-se que a institucionalização da RMC trouxe para a região novos investimentos do governo estadual em serviços básicos como saúde, transporte e educação técnica e superior, concentrados principalmente nas cidades pólos (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha).

Palavras-Chave: SUDENE; Desenvolvimento Regional; Região Metropolitana do Cariri.

¹Discente do Mestrado Acadêmico Economia Regional – UFRN e Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA: email: castro-marilia@hotmail.com.

²Discente do Mestrado Acadêmico Economia Regional – UFRN e Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

³ Doutor em Ciências Sociais pela UFRN e professor do Departamento de Economia da UFRN.

INTRODUÇÃO

A década de 1960 é caracterizada como um período de mudança na política regional, marcada pelo planejamento em nível regional. Durante esse período, há uma continuidade do processo nacional desenvolvimentista e a crescente urbanização do centro-sul estende as demais regiões brasileiras.

Esse planejamento em nível regional dar origem ao projeto SUDENE, responsável pelo estímulo do desenvolvimento no Nordeste. Os incentivos e as transferências de capitais produtivos trazidos pela SUDENE para o Nordeste inseriu a região em um novo contexto nacional. Dessa forma, os mecanismos governamentais, principalmente o Sistema 34/18 – FINOR, e as ações da própria SUDENE conseguiram fortalecer e ampliar a base produtiva e a dinâmica regional.

A crise da década de 1980 impõe limites à ação modernizadora do Estado, afetando a dinâmica da economia brasileira.

A economia nordestina entra na década de 1990, sentindo os efeitos da compressão dos investimentos, com a redução de participação da SUDENE no planejamento regional os estados buscam novas alternativas para manter o crescimento e dá continuidade ao processo de formação de seus parques industriais.

Nesta perspectiva, no Ceará iniciativas governamentais foram tomadas no intuito reduzir a polarização em torno da Região Metropolitana de Fortaleza, trazendo a oportunidade de desenvolver o interior do Estado.

O período escolhido, de 2010 a 2011, abrange os anos em que presenciou vultosos investimentos nos municípios do Cariri, devido às mudanças estruturais ocorridas na região, como por exemplo, taxas de crescimento elevadas e a criação da Região Metropolitana do Cariri.

Portanto, faz-se necessário conhecer a dinâmica econômica recente dos municípios da RMC, considerando a evolução de empregos formais e o rendimento dos habitantes. Para atender os objetivos propostos, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a segunda seção aborda considerações sobre o papel da SUDENE no processo de desenvolvimento do Nordeste, e as mudanças ocorridas em âmbito regional; a terceira seção discorre sobre a dinâmica recente dos indicadores sócio econômicos da RMC e na última seção faz-se as considerações finais.

O PAPEL DA SUDENE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

A reorientação das políticas regionais da década de 1960, com o avanço do desenvolvimento para outras regiões além do Centro-Sul trouxeram para o Nordeste, uma estrutura industrial em complementaridade com o processo de desenvolvimento industrial já presenciado no Centro-sul. O crescimento desigual intra e inter-regionais aparentes do desenvolvimento, que surge no final da década de 1950, marcam as transformações na política regional caracterizada pelo planejamento em nível regional. De forma semelhante às experiências internacionais, os governos definiram programas

específicos juntamente com a criação de órgãos para atuar nas regiões que sofriam com as disparidades regionais.

Dessa forma, foi elaborado na década de 1950 um trabalho conhecido como GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) que objetivava diagnosticar os principais problemas econômicos e apresentar soluções para acelerar o desenvolvimento regional. Segundo o GTDN (2005) o atraso da região Nordeste consistia no baixo nível de renda sendo o menor do hemisfério sul, na alta concentração de renda e terra e questões climáticas. O relatório GTDN idealizou a criação da SUDENE para reorientar o processo de desenvolvimento regional e criar economias de aglomeração e pólos de crescimento no Nordeste. Segundo Diniz (1993) o processo de reversão da polarização industrial também refletiu no surgimento de economias de aglomeração nas outras regiões, e não apenas no surgimento de deseconomias de aglomeração. Efetivou-se uma expansão industrial no Nordeste, induzida, sobretudo por incentivos fiscais administrados pela SUDENE, apesar da concentração espacial que estimulou o crescimento das capitais Salvador, Recife e Fortaleza. As ações da SUDENE, através dos incentivos fiscais e de financiamento na década de 1960/70, desenvolveram pólos industriais e obras de infra-estrutura de suma importância para a estruturação da indústria nordestina, propiciando uma integração produtiva nacional.

Nesse contexto, a década de 1960 é caracterizada pela descentralização da indústria nacional. E é nesse período que o Nordeste se insere no modo de produção capitalista os quais refletiram na expansão produtiva e na geração de renda e emprego. De acordo com Diniz (2001, p.09), o principal expoente das políticas de desenvolvimento regional que vem sendo executado no Brasil, tem sido o conjunto de incentivos fiscais que foram ampliados e generalizados a partir do final da década de 1960, além dos mecanismos de transferências de recursos através do Fundo de Participação de Estado e Municípios, e de Transferências Negociadas que possuem grande influência no PIB.

Com o intuito de ampliar e proteger o parque industrial, a SUDENE criou incentivos fiscais e financeiros beneficiando indústrias já instaladas, bem como servindo de apoio para a criação de novas indústrias. Estes incentivos fiscais e financeiros serviram para consolidar a atividade industrial e estimular a iniciativa privada, atraindo para a região empresas cuja preferência inicial seria o Sudeste. Os incentivos fiscais e os investimentos do governo em infra-estrutura foram fundamentais para estimular o interesse de investidores na região. Conforme Guimarães Neto (1989, p.129) a economia nordestina no período de 1961 a 1967 cresceu bem mais que a economia brasileira.

Esse comportamento está, sem nenhuma dúvida, associado aos resultados imediatos da política de desenvolvimento regional adotado a partir da criação da SUDENE no final da década de 50, notadamente no que se refere à estratégia de ampliação e coordenação dos investimentos públicos na região, visando a formação do capital social básico, conforme está explícito nos I e II Plano Diretores, coordenados pela referida entidade (GUIMARÃES NETO, p. 129, 1989).

De acordo com Lima Jr. (2001), foi criado em 1974 para aperfeiçoar o sistema de financiamento aos projetos industriais o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), sistema de financiamento aos projetos industriais⁴, operado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) sob a administração da SUDENE. No Nordeste os setores de investimentos mudam o foco e não se limitam a setores de consumo não-duráveis, como a indústria têxtil e alimentícia, devido não possuir um efeito dinâmico. Oliveira e Vianna (2005) colocam que “foram às indústrias ditas “dinâmicas” que lideram os investimentos do 34/18 – FINOR: química (30%), metalúrgica (16%), de minerais não-metálicos (7%), de material elétrico e de comunicações (4%), de papel e papelão (4%)”.

Os investimentos na RM de Salvador consistiram na atração de indústrias de bens intermediários e de bens de capital. Segundo Lemos e Ferreira (2001, p. 698) “o desempenho da indústria de transformação, sobretudo a petroquímica e a metalurgia, impacta positivamente sobre o setor terciário, com a geração de renda e emprego indiretos, possibilitando o crescimento das atividades de comércio e de serviços na RMS”. RM de Fortaleza recebeu as indústrias ditas tradicionais, dos ramos têxteis, vestuários, calçados e alimentícios. Na RM de Recife a implantação das indústrias teve caráter diversificado como as de bens duráveis.

Durante a década de 1980, o Nordeste sentiu a compressão de investimentos e a economia da região sofreu com a escassez de recursos do Estado. A crise fiscal e financeira dessa década somado as reformas institucionais de ordem neoliberal dos anos 1990, resultou no fim da atuação efetiva do Estado como promotor do desenvolvimento. Nesse contexto, a atuação da SUDENE como salienta Diniz (2001) se tornou difícil não só pela perda significativa na captação de recursos, mas principalmente pelos conflitos de interesse, o que inviabilizou as mudanças estruturais do setor agrícola, e a implantação da chamada indústria de base.

Contudo, o desenvolvimento na década de 1990 passa a ser conduzido pelas entidades locais, devido à perda de capacidade de atuação do Estado. O Nordeste atua com uma intensa competição conhecida como “guerra fiscal” para atrair investimentos. As políticas públicas de promoção do desenvolvimento, de caráter eminentemente urbano, atuam no sentido de estimular as atividades industriais, através da atuação de indústrias e formação de parques produtivos, para manter e dá continuidade ao processo de industrialização regional. Com a crise da década de 1970 e 1980 os estados passam a adotar, na década de 1990, políticas de incentivos fiscais para dar continuidade à formação do parque industrial.

Diante desse contexto, os governos estaduais também adotaram políticas de fomento a industrialização. O governo do Estado do Ceará, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento econômico do estado, implantou vários planos governamentais. Vale ressaltar que, apesar do interesse em tentar atingir no estado do Ceará o mesmo nível de desenvolvimento do Sudeste, os planos não tiveram uma seqüência de gestores, alcançando resultados modestos, conseguindo apenas amenizar o problema, porém a tendência concentradora se mantém até hoje.

⁴ Este sistema teve sua origem no clássico sistema de incentivos conhecido por 34-18 que instrumentalizava incentivos de ordem fiscal canalizados à criação de um financiamento para o desenvolvimento da Região. (ARAÚJO, 2002)

A implantação da indústria provoca mudanças na configuração espacial do Estado do Ceará, e a implantação dessas políticas que foram postas em prática aumentaram as desigualdades entre a capital e o interior. “Além disso, o deslocamento das indústrias da capital ao interior do Estado é devido à facilidade de controle dos empresários nos locais, sem resistência sindical e a possibilidade de reduzir os custos da produção” conforme atesta Araújo (2007, p. 104).

Nesta perspectiva, no Ceará iniciativas governamentais foram tomadas no intuito de diminuir o hiato existente entre capital e interior, transformando cidades de médio porte em centros metropolitanos. A proposta governamental foi à criação da Região Metropolitana do Cariri – RMC com o objetivo de tornar dinâmica a economia do interior, exercendo atratividade para uma maior concentração populacional.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA RMC

A distância da capital, o histórico acumulado de certo dinamismo econômico, as idiossincrasias de sua cultura e história são fatores que fizeram surgir na Região do Cariri (Sul do Estado do Ceará) uma ocupação urbana polarizada com influencia não apenas no Ceará, mas nos estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba. O processo de conurbação dos municípios pólo, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, sob liderança do primeiro permite um tratamento diferenciado da Região em relação às demais localidades interioranas. A Região Metropolitana do Cariri compreende uma área de 5.455 Km² e em 2010 o IBGE (2010) estimou uma população de 564.478 mil habitantes.

Segundo o censo do IBGE (2010) Barbalha possui uma área total de 569.00 km² e uma população de 55.323 habitantes. Antigamente o município era conhecido pela agroindústria de cana de açúcar que se destacava não só na produção de álcool e açúcar, mas também pelo potencial diversificado nas áreas de sucos e doces. Atualmente, o setor industrial vem se destacando nos ramos calçadistas, cimento, química e farmacêutico, e no setor de serviços além do comércio, os serviços médicos que atende aos municípios e estados circunvizinhos, e o turismo, pois Barbalha também é conhecida pela arquitetura colonial, clubes e balneários ao sopé da Chapada Nacional do Araripe, segundo o IBGE (2010). Seu PIB em 2010 foi de R\$ 413.057 representando 12% do PIB da RMC, sendo que o setor de serviços tem a maior participação com R\$ 266.877 como pode ser observado na tabela 1.

O município de Caririáçu possui uma área de 623 Km² e uma população de 26.393 mil habitantes, de acordo com o IBGE (2010). A economia da cidade é baseada na agricultura de algodão arbóreo e herbáceo, banana, cana-de-açúcar, milho e feijão, na pecuária com criação de bovinos, ovinos, suínos e avícolas, na indústria se destacam o ramo de cosméticos, e o setor de serviços no ramo do comércio. (IBGE, 2010). Seu PIB em 2010 foi de R\$ 91.709, sendo o setor de serviços o com maior participação com R\$ 72.643.

Tabela 1 - Composição do PIB setorial dos municípios da RMC, 2010.

Municípios	PIB SETORIAL		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
BARBALHA	12.627	133.553	266.877
CARIRIACU	7.384	11.682	72.643
CRATO	21.879	125.149	617.150
FARIAS BRITO	5.055	8.076	57.807
JARDIM	11.041	9.064	79.329
JUAZEIRO DO NORTE	5.910	336.084	1.422.691
MISSAO VELHA	17.203	26.899	101.246
NOVA OLINDA	4.558	14.200	43.089
SANTANA DO CARIRI	13.223	8.558	49.713

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

A cidade do Crato, embora seja a maior em extensão territorial com 1.176.00 km² a sua população é de 121.428 habitantes, segundo o IBGE (2010). As principais culturas que deram prosperidade ao Crato na sua formação histórica foram à cana de açúcar, algodão e gado. A sua economia é baseada na agricultura nos cultivos de feijão, milho, mandioca, arroz, algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças, banana, abacate, na pecuária há criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, avicultura, destaca-se também o extrativismo vegetal como a extração de madeira, pequi, coco babaçu, entre outros. A mineração também está presente, com a extração de argila e rocha calcária, há também a piscicultura nos açudes da cidade. (IBGE, 2010). O Crato é um dos pólos de cultura popular e artesanal. Seu PIB em 2010 foi de R\$ 764.178, representando 22% do PIB da RMC, o setor de serviço se destaca como o de maior participação com R\$ 617.150 (IBGE, 2010).

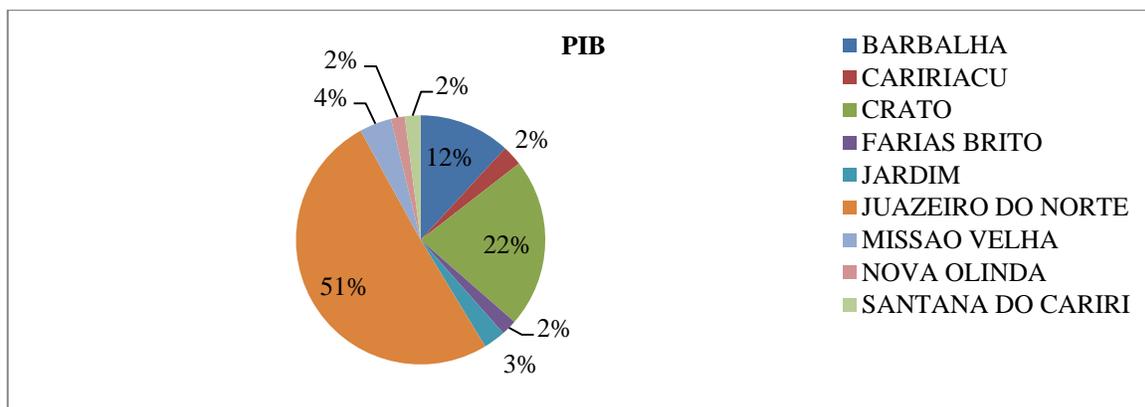
Farias Brito possui uma área de 503 Km², e uma população de 19.007 mil habitantes, no município além da agricultura, a produção de cal também se destaca na economia. (IBGE, 2010). O PIB em 2010 chegou a R\$ 70.938, como as outras cidades da RMC o setor de serviços é o de maior participação sendo este de R\$ 57.807.

De acordo com o censo de 2010 do IBGE, Jardim possui uma população de 26.688 mil habitantes, sua extensão é de 552 Km², e sua economia destaca-se além do setor de serviço a agricultura com cultivos de algodão herbáceo e arbóreo, cana-de-açúcar, milho e feijão, e a pecuária com as criações de bovinos, suínos e aves. Seu PIB em 2010 foi de R\$ 99.434, tendo o setor de serviço como elemento de maior participação com R\$ 79.329.

Quanto a Juazeiro do Norte esse é o menor município em área com 248,0 km² e o mais populoso com 249.939 habitantes, e possui um diversificado parque industrial, que se destaca os ramos calçadistas, sendo este o maior pólo Norte/Nordeste e o terceiro do país, têxtil, folheados, artesanato, bebidas, máquinas, construção civil e metalurgia. Seu comércio é dinâmico e impulsionado pelo turismo religioso (as romarias do Padre Cícero) que trazem para o município um elevado numero de pessoas que são absorvidas pelas atividades produtivas do município. Seu PIB em 2010 foi de R\$

1.764.685, tendo o setor de serviços e a indústrias com maior participação. Como podemos observar no gráfico 1, o seu PIB corresponde a 51% do PIB da região.

Gráfico 1 - Participação dos municípios no PIB da RMC



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010)

O município de Missão Velha tem uma área de 645 Km² com uma população de 34.274 mil habitantes, a sua economia se destaca a pela agricultura com cultivos de feijão, milho, e pelo turismo, por conta dos seus atrativos naturais (IBGE, 2010). Seu PIB em 2010 foi de R\$ 145.348, sendo o setor de serviços o de maior participação com R\$ 101.246.

A cidade de Nova Olinda possui a menor população em relação aos outros municípios da RMC, com 14.256 mil habitantes, sua extensão é de 284 Km², sua economia tem como destaque a extração da pedra calcária (IBGE, 2010). Seu PIB também se destaca como o menor da região, em 2010 este foi de R\$ 61.847, seguindo o exemplo das outras cidades o setor de serviços também tem maior participação no PIB com R\$ 43.089.

Santana do Cariri possui uma extensão de 855 Km², com uma população de 17.170 mil habitantes. Sua economia se destaca pelo comércio de artesanato e pelo turismo científico, já que possui um vasto sítio arqueológico e um Museu de paleontologia. (IBGE, 2010). Seu PIB em 2010 foi de R\$ 71.494, o segundo menor entre as cidades da RMC.

Contudo, nota-se que os PIB's das três cidades (CRAJUBAR) equivalem a 85% do PIB da RMC, e cerca de 75,6% da população dessa região está situada na conurbação CRAJUBAR. Naturalmente por serem pólo da RMC as atividades industriais e de serviços tem maior participação nos seus PIB's tendo como efeito a atratividade não somente sobre a zona rural, mas em relação aos municípios circunvizinhos.

ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL E RENDIMENTO DOMICILIAR *PER CAPITA* NA RMC

Os históricos problemas socioeconômicos que tipifica-se o nordeste brasileiro como a região mais pobre do país são elementos que contribuem para a absorção da maioria dos recursos dos programas de transferências de renda direta, apesar da ligeira melhora nos seus indicadores sociais e demográficos. Mesmo com o avanço de políticas de assistência social que iniciou na década de 1990 e vem se consolidando nos últimos anos com a unificação de vários programas ainda é significativo o número de pessoas sem rendimento ou vivendo abaixo da linha da pobreza.

Iniciativas governamentais, ou seja, políticas públicas tem um papel importante na superação dos desequilíbrios, como forma de promover um desenvolvimento equitativo, mais os indicadores demonstram que ainda há muito que fazer na RMC, como podemos observar na tabela 2.

Tabela 2 - Renda domiciliar per capita (Salário Mínimo – R\$ 510,00) - 2010

MUNICIPIOS	SEM RENDIMENTO	DE ¼ A 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2	MAIS DE 3
BARBALHA	1,93	83,2	9,53	2,27	3,07
CARIRIAÇU	4	88,64	5,73	0,78	0,85
CRATO	2,72	76,39	12	3,77	5,12
FARIAS BRITO	5,7	85,58	7,15	0,87	0,7
JARDIM	4,92	87,42	5,62	0,94	1,1
JUAZEIRO DO	3,47	78,68	11,21	2,89	3,75
MISSÃO VELHA	1,9	88,92	6,67	1,19	1,32
NOVA OLINDA	5,98	86,25	5,43	1,18	1,16
SANTANA DO	4,89	87,44	5,63	1,06	0,98

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

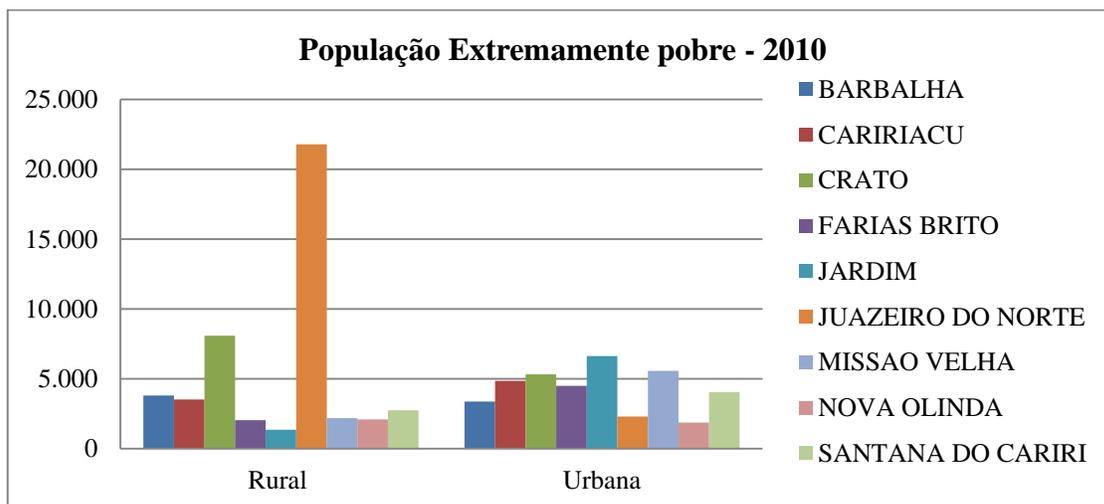
Em toda a RMC o percentual de pessoas sobrevivendo com ¼ até 1 salário mínimo é significativo. Isso indica que a concentração de renda é expressiva, ou seja, implica na existência de uma pequena parcela da população apropriando-se de grande parcela de renda.

Apesar do dinamismo da região, o número de pessoas extremamente pobres, sobrevivendo com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00 também é expressivo, o que torna um desafio para os gestores municipais, na elaboração de políticas públicas efetivas, como podemos observar no gráfico 2.

Em geral, a população extremamente pobre se concentra na zona urbana dos municípios. Somente em Juazeiro do Norte 9,08% o que corresponde a 21.796 em termos absolutos, em Barbalha com 10% (3.801), Crato e Nova Olinda, com os respectivos índices 8,02% (8.093) e 21,65% (2.099), da população extremamente pobre esta situada na zona rural.

Considerando o total (rural mais urbano) em termos relativos, Santana do Cariri lidera com 39,54%, seguida de Caririáçu (31,75%) e Jardim (29,96%).

Gráfico 2 - População Extremamente pobre (com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) - 2010



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE - 2010

Nas cidades interioranas da região nordeste, a informalidade é característica marcante dos seus municípios. No que se refere a geração de empregos, em Barbalha (tabela em anexo 1), os melhores desempenhos setoriais, foram registrados nos setores de comércio que gerou 191 novos postos, representando um crescimento de 20,12% entre os anos de 2010 e 2011, e o setor de administração pública com a criação de 86 novos postos de trabalho (+ 5,50%). O maior crescimento relativo foi registrado no setor Agropecuário com um crescimento de 56,7% entre os anos estudados. No geral, o estoque de emprego formal em Barbalha apresentou um crescimento modesto de 4,73%.

Em Caririáçu (tabela em anexo 1) a indústria de transformação se destacou com o crescimento de 20 novos postos de trabalho, e apresentou a maior perda de emprego formal no setor de construção civil, diminuindo sua participação de 1.941 para 1.189, representando em termos relativos uma perda de (-38,74%) no setor analisado.

O município do Crato (tabela em anexo 1) registrou uma perda significativa de (-575) empregos formais na Administração Pública, o que influenciou no declínio de (-3,71%) em todos os setores. O maior crescimento foi registrado na Agropecuária representando 18,75%.

Em Farias Brito (tabela em anexo 2) o setor que apresentou maior crescimento foi o comércio (29,85%). O setor de construção civil registrou declínio de (-66,66%), contribuindo para uma queda de (-1,08) em geral.

Juazeiro do Norte (tabela em anexo 2) registrou o maior crescimento no setor de serviços (27,31%), seguidos do comércio (10,69%) e da Indústria de Transformação (8,62%).

O maior crescimento por setor para a cidade de Missão Velha (tabela em anexo 3) foi registrado no setor de Administração Pública, e na Construção Civil, e no geral o crescimento de empregos formais no município foi de 26,83% representando 555 novos postos de trabalhos.

O setor de Extrativismo Mineral apesar de ser uma das principais atividades econômicas do município de Nova Olinda (tabela em anexo 3), nota-se que há uma participação pequena desse segmento no número de emprego formal. E no período analisado apresentou um decréscimo, diminuindo a participação em (-10,52%).

Santana do Cariri (tabela em anexo 3) apresentou um crescimento maior no setor de Extrativismo Mineral (25%) com a extração de pedra calcária - e a maior perda na Agropecuária (-33,33%) – devido a problemas climáticos nos períodos analisados.

O crescimento do emprego formal na Indústria de Transformação e Construção Civil nos municípios analisados se deve a programas governamentais de subsídios, como a redução do IPI⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Ceará iniciativas governamentais foram tomadas no intuito de descentralizar a urbanização, transformando cidades de médio porte em centros metropolitanos. A proposta governamental foi à criação da Região Metropolitana do Cariri – RMC com o objetivo de tornar dinâmica a economia do interior, exercendo atratividade para uma maior concentração populacional. As políticas governamentais pretendem fortalecer a Região do Cariri, criando condições para o aumento da atividade econômica local. A criação da Região Metropolitana do Cariri se insere no contexto necessário na redução da polarização em torno da Região Metropolitana de Fortaleza, trazendo a oportunidade de desenvolver o interior do Estado. O governo do Estado do Ceará programou políticas, que priorizou investimentos na indústria de calçados e no turismo, para promover o desenvolvimento na região do Cariri. Os investimentos atuam em campos distintos: qualificação territorial, inovação e apoio aos arranjos produtivos locais, gestão regional e o fortalecimento institucional, concentrados nos municípios pólos.

Contudo, torna-se necessário planejamento com integração, para que haja desenvolvimento na economia metropolitana e não apenas nos municípios pólos como vem ocorrendo.

⁵ O Governo Federal, através de vários Decretos, prorrogou a redução das alíquotas de IPI sobre material de construção, bens de capital (máquinas e equipamentos para a produção), além de caminhões e veículos comerciais leves, alterando o [Decreto nº 6.890/2009](#).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. G. de. A industrialização no Ceará: breves considerações. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. *Boletim Goiano de Geografia*, v.27, n.2 jan/jun 2007.

ARAÚJO T. B. de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: Affonso, Rui de B. A.; Silva, Pedro L. B. (org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

BRANDÃO, C. A. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*/Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil* – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

COUTINHO, L. A inserção competitiva do NE: proposta para a contribuição da ciência e tecnologia. Luciano Coutinho et al – Fortaleza : *Banco do Nordeste do Brasil S.A*, 2004.

DECRETO Nº 7.394, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010. Disponível em < http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto7394_2010.htm em 25 de mar/2013.

DINIZ, C. C. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. Texto de discussão nº 159

DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia*, v.3, n.1 Belo Horizonte, 1993. UFMG/FCE/DCE

FERREIRA, A. Da intervenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In:____, FURTADO, C. [et al] O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Públicas para o Desenvolvimento: *Banco do Nordeste do Brasil*, 2009.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.

IBGE. *Censos Demográficos*, 2000 e 2010.

IPECE. Disponível em < <http://www.ipece.ce.gov.br> >. Acesso em 12/dez/2010.

ANEXO

Tabela 1 – Emprego Formal em Barbalha, Caririáçu e Crato – 2010.

SETORES DO IBGE	Barbalha			Caririáçu			Crato		
	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%
Extrativa Mineral	34	36	5,9	-	-	-	64	71	10,9
Ind. de Transformação	2.974	2.926	-1,6	2	22	1000,0	4.571	4.215	-7,8
Sev. Ind. Util. Pública	2	3	50,0	-	-	-	78	77	-1,3
Construção Civil	100	87	-13,0	217	17	-92,2	548	514	-6,2
Comércio	949	1.140	20,1	88	103	17,0	3.536	3.679	4,0
Serviços	1.771	1.857	4,9	48	52	8,3	4.241	4.431	4,5
Adm. Pública	1.561	1.647	5,5	1.584	993	-37,3	3.322	2.747	-17,3
Agropecuária	86	135	57,0	2	2	0,0	80	95	18,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Tabela 2 – Emprego Formal em Farias Brito, Jardim e Juazeiro do Norte – 2010.

SETORES DO IBGE	Farias Brito			Variação			Jardim			Juazeiro do Norte		
	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	44	8	-81,8			
Ind. de Transformação	18	12	-33,3	78	73	-6,4	10.244	11.128	8,6			
Sev. Ind. Util. Pública	43	42	-2,3	-	-	-	384	464	20,8			
Construção Civil	3	1	-66,7	5	34	580,0	1.732	2.044	18,0			
Comércio	67	87	29,9	96	107	11,5	10.666	11.807	10,7			
Serviços	26	33	26,9	98	93	-5,1	8.064	10.267	27,3			
Adm. Pública	1.046	1.015	-3,0	1.729	1.925	11,3	8.364	8.056	-3,7			
Agropecuária	-	-	-	7	6	-14,3	5	27	440,0			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Tabela 3 – Emprego Formal em Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri – 2010.

SETORES DO IBGE	Missão Velha			Nova Olinda			Santana do Cariri		
	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%
Extrativa Mineral	-	-	-	133	119	-10,5	64	80	25,0
Ind. de Transformação	78	81	3,8	330	383	16,1	8	10	25,0
Sev. Ind. Util. Pública	-	11	-	-	-	-	-	-	-
Construção Civil	208	361	73,6	1	1	0,0	-	-	-
Comércio	149	204	36,9	87	93	6,9	49	44	-10,2
Serviços	90	113	25,6	43	45	4,7	24	27	12,5
Adm. Pública	1.228	1.536	25,1	816	897	9,9	992	991	-0,1
Agropecuária	315	317	0,6	-	-	-	18	12	-33,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.